



Prefeitura da Estância Turística de Salto

Rua 9 de Julho, 1.053 - Centro - Fone: (0..11) 483-4333 - Fax: (0..11) 483-3291 - Caixa Postal 4
CEP 13.322-900 - SALTO - SP - CNPJ 46.634.507/0001-06
www.saltoturistico.com.br

= TERMO DE ALTERAÇÃO CONTRATUAL=

Contratante: Prefeitura da Estância Turística e Município de Salto.

Contratada: SANESCISTE SANEAMENTO DE SALTO LTDA.

Interveniente Anuente: SANECISTE SANEAMENTO E MEIO AMBIENTE S/A.

Objeto: Concessão de Serviço Público de Tratamento de Esgotos Urbanos Domésticos e Industriais precedido de execução de obras públicas.

A Prefeitura da Estância Turística do Município de Salto, Estado de São Paulo, órgão executivo do Município e Estância Turística de Salto, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob nº 46.634.507/0001-06, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, o Sr. João Guido Conti, com sede administrativa nesta cidade e comarca de Salto, Estado de São Paulo, à Rua Nove de Julho, nº 1.053, doravante designado como PREFEITURA e de outro lado a empresa SANECISTE SANEAMENTO DE SALTO LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº 02.724.983/0001-34, com sede nesta cidade e comarca de Salto, Estado de São Paulo, à Rua Coelho Neto, nº 315, neste ato representada pelos seus sócios gerentes ROBERTO MÉLEGA BURIN, brasileiro, engenheiro, portador da Cédula de Identidade RG. nº 3.705.683 – SSP-SP e WALTER ANNICHINO, brasileiro, engenheiro, portador da Cédula de Identidade RG. nº 4.635.939 - SSP-SP, doravante designada como CONCESSIONÁRIA, sociedade por quotas de responsabilidade limitada, controlada pela empresa SANECISTE SANEAMENTO E MEIO AMBIENTE S/A., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº 74.428.608/0001-58, com sede na cidade e comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, à Rua Vergueiro, nº 2.949, 5º andar, Vila Mariana, neste ato representada pelos seus Diretores ROBERTO MÉLEGA BURIN e WALTER ANNICHINO, já qualificados acima, na qualidade de adjudicatária da Concorrência nº 05/96, doravante denominada de INTERVENIENTE-ANUENTE, em função da readequação do projeto básico licitado e contratado, da inclusão de novas obras complementares necessárias ao sistema que estavam à cargo da PREFEITURA, bem como em virtude da CONCESSIONÁRIA, além do serviço de leitura, processamento e entrega das contas de consumo de água e afastamento de esgotos, passar a realizar o atendimento dos usuários desses serviços, executando a supressão e religação do fornecimento de serviço de

[Handwritten signatures and initials in blue ink at the bottom of the page.]



Prefeitura da Estância Turística de Salto

Rua 9 de Julho, 1.053 - Centro - Fone: (0..11) 483-4333 - Fax: (0..11) 483-3291 - Caixa Postal 4
CEP 13.322-900 - SALTO - SP - CNPJ 46.634.507/0001-06
www.saltoturistico.com.br

água, nos casos previstos em regulamento próprio, as partes, de comum acordo, nos termos das cláusulas 14.1, 14.2 e 14.3 do contrato original, para preservar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato firmado, resolvem proceder alterações no contrato original, tendo entre si como justo e acordado o presente termo de alteração ao contrato administrativo firmado em 05 de dezembro de 1996, em cumprimento a Concorrência nº 05/96, conforme as cláusulas e condições que seguem abaixo:

Cláusula Primeira – As cláusulas a seguir elencadas do contrato original passam a vigorar com a seguinte redação:

Cláusula 1.1.2- Implantação, operação e manutenção das seguinte unidades complementares do Sistema de Esgotamento Sanitário do Município:

A – Emissário final por gravidade, interligando a caixa de passagem à E.T.E;

B – Caixa de passagem;

C – Emissário final por recalque, interligando a Estação Elevatória Final à caixa de passagem;

D – Estação Elevatória Final, localizada na confluência do Córrego do Ajudante com o Rio Tietê (margem direita);

E – Estação Elevatória de Transposição de Bacias I, localizada na margem direita do Rio Jundiá;

F – Estação Elevatória de Transposição de Bacias II, próxima à confluência do Rio Jundiá com o Rio Tietê;

G – Estação Elevatória de Transposição de Bacias III, localizada na margem esquerda do Rio Jundiá, compreendendo a instalação e montagem de peças, tubulações e equipamentos;

H – Interceptor e coletor-tronco para transposição dos esgotos da Bacia do Córrego do Buru;

I – Estações Elevatórias de Transposição de Bacias IV, localizada no Córrego Buru, compreendendo a instalação e montagem de peças, tubulações e equipamentos;

J – Interceptor e coletor-tronco para a transposição dos esgotos da Bacia do Córrego do Guaraú;

L – Estações Elevatórias de Transposição de Bacias V, localizada no Córrego Guaraú, compreendendo a instalação e montagem de peças, tubulações e

[Handwritten signatures and initials in blue ink at the bottom of the page.]



Prefeitura da Estância Turística de Salto

Rua 9 de Julho, 1.053 - Centro - Fone: (0..11) 483-4333 - Fax: (0..11) 483-3291 - Caixa Postal 4
CEP 13.322-900 - SALTO - SP - CNPJ 46.634.507/0001-06
www.saltoturistico.com.br

equipamentos;

M – Interceptor da margem direita do Rio Jundiá;

N – Estação elevatória York e sua linha de recalque;

O – Interligações das elevatórias EETB-1, EETB-2 e EETB-3 com suas respectivas linhas de recalque;

P – Coletor-tronco, Estação Elevatória e Linha de recalque do Parque Residencial Rondon;

Q – Coletor-tronco do Jardim Saltense;

R – Coletor tronco, estação elevatória e linha de recalque do bairro Salto de São José

Cláusula 1.1.3 – Leitura, processamento, emissão e entrega de contas e avisos de cobrança, atendimento aos usuários do serviço de fornecimento de água e afastamento de esgotos, bem como a supressão e religação do fornecimento do serviço de água, de acordo com o estabelecido em regulamento próprio.

Cláusula 1.5 – O Sistema em apreço foi dimensionado para, em operação normal, atender a demanda de tratamento de esgotos das bacias hidrográficas contribuintes da ETE citada no item 1.1.1 supra, até o último ano do período de concessão previsto, segundo a projeção de vazões líquidas e cargas orgânicas contribuintes readequadas, constante do Anexo VII – Readequação de Projeto.

Cláusula 1.6 – O Sistema será implantado e operacionalizado conforme proposta apresentada pela CONCESSIONÁRIA, constante do Anexo II, com as alterações previstas no Anexo VII deste contrato.

Cláusula 1.6.1 – O local disponibilizado para a edificação das instalações da CONCESSIONÁRIA, é o constante do Decreto nº 035/89 de 30.03.89, com as alterações do Decreto nº 060/95 de 30.10.95, cuja área a ser utilizada será a definida e dimensionada pela CONCESSIONÁRIA, conforme Anexo II e alterações constantes do Anexo VII deste contrato.

Cláusula 3.1 – As obras e serviços objeto da concessão, devem ser executados nos prazos fixados nos cronogramas constantes do Anexo VII deste contrato e de acordo com os projetos básicos e condições estabelecidas, inclusive suas readequações.

Cláusula 6.1 - A Tarifa de Concessão (T_T) será obtida através da equação:

$T_T = T_{\text{trat.res.}} + T_{\text{trat.ind.}}$, onde:

T_T - Tarifa Total da Concessão = R\$ 1,233 (Um real e duzentos e trinta e três



Prefeitura da Estância Turística de Salto

Rua 9 de Julho, 1.053 - Centro - Fone: (0..11) 483-4333 - Fax: (0..11) 483-3291 - Caixa Postal 4
CEP 13.322-900 - SALTO - SP - CNPJ 46.634.507/0001-06
www.saltoturistico.com.br

milésimos de real)

$T_{\text{trat.res.}}$ - Tarifa de tratamento de esgotos residenciais = R\$ 0,798 (Setecentos e noventa e oito milésimos de real)

$T_{\text{trat.ind.}}$ - Tarifa de tratamento de esgotos industriais = R\$ 0,435 (Quatrocentos e trinta e cinco milésimos de real)

Cláusula 6.1.2 - A data base da Tarifa de Concessão, a ser utilizada para efeito de reajuste, revisão ou qualquer alteração de seu valor, previstos neste instrumento, é o mês de setembro de 1.999.

Cláusula 6.1.3 - O Demonstrativo da Composição da Tarifa de Concessão (T_T) consta do Anexo VII deste contrato.

Cláusula 6.1.4 - O Demonstrativo de Esquema de Financiamento a ser utilizado pela CONCESSIONÁRIA, está contido no Anexo VII).

Cláusula 7.3.3 - Caberá à CONCESSIONÁRIA os serviços de leitura de hidrômetros, processamento, emissão e entrega de contas e avisos de cobrança, assim como atendimento aos usuários do serviço de fornecimento de água e esgotamento sanitário, realizando, ainda, a supressão e religação do serviço de fornecimento de água, conforme estabelecido em regulamento próprio, devendo, para tanto treinar sua equipe.

Cláusula 7.3.5 - Pelos serviços estabelecidos nos itens 7.3.1 e 7.3.3 a CONCESSIONÁRIA será remunerada mensalmente pela PREFEITURA a uma taxa de 5,78%, por metro cúbico sobre sua oferta de Tarifa de Tratamento Residencial ($T_{\text{trat.res.}}$)

Cláusula 8.2.1 - Remuneração pelos serviços de tratamento de esgotos residenciais.

A remuneração mensal da CONCESSIONÁRIA pelos serviços de tratamento de esgotos residenciais será obtida mediante a seguinte fórmula:

$$RM_{\text{trat.res.}} = (\Sigma VE_{\text{res.}}) * T_{\text{trat.res.}} \text{ onde,}$$

$RM_{\text{trat.res.}}$ é a Remuneração Mensal da Concessionária pelos Serviços de Tratamento de Esgotos Residenciais;

$\Sigma VE_{\text{res.}}$ corresponderá a somatória do consumo de água medido no hidrômetro de cada usuário gerador de efluente de característica predominantemente doméstico, conforme estabelecido em regulamento próprio e desde que servido pelo sistema de tratamento

$T_{\text{trat.res.}}$ é a Tarifa de Tratamento de Esgotos Residenciais, constante da Cláusula Sexta deste Contrato, vigente à época da prestação do serviço.



Prefeitura da Estância Turística de Salto

Rua 9 de Julho, 1.053 - Centro - Fone: (0..11) 483-4333 - Fax: (0..11) 483-3291 - Caixa Postal 4
CEP 13.322-900 - SALTO - SP - CNPJ 46.634.507/0001-06
www.saltoturistico.com.br

Cláusula 8.2.2 - Remuneração pelos serviços de tratamento de esgotos industriais.

A remuneração mensal da CONCESSIONÁRIA pelos serviços de tratamento de esgotos industriais será obtido mediante a seguinte fórmula:

$RM_{\text{trat.ind.}} = (\Sigma VE_{\text{ind.}}) * T_{\text{trat.ind.}}$ onde,

$RM_{\text{trat.ind.}}$ é a Remuneração Mensal da Concessionária pelos Serviços de Tratamento de Esgotos Industriais;

$\Sigma VE_{\text{ind.}}$ Somatória dos Volumes de Esgotos Industriais, conforme definido no item 8.3.2.

$T_{\text{trat.ind.}}$ é a Tarifa de Tratamento de Esgotos Industriais, constante da Cláusula Sexta deste Contrato, vigente à época da prestação do serviço.

Cláusula 8.2.4 – Remuneração mensal adicional da CONCESSIONÁRIA pelos serviços de leitura de hidrômetro, processamento, emissão, entrega de contas e avisos de cobranças, atendimento de usuários dos serviços de fornecimento de água e esgotamento sanitário, execuções de supressão e religação do serviço de fornecimento de água, será obtida pela seguinte fórmula:

$RM_{\text{adicional}} = (\Sigma VE_{\text{res.}}) * P * T_{\text{trat.res.}}$ onde:

$RM_{\text{adicional}}$ – Remuneração mensal adicional da Concessionária pelos serviços de leitura, processamento, emissão e entrega de contas e avisos de cobrança, atendimento de usuários dos serviços de fornecimento de água e esgotamento sanitário, supressão e religação do serviço de fornecimento de água.

$\Sigma VE_{\text{res.}}$ - corresponde a somatória do consumo de água medido no hidrômetro de cada usuário gerador de efluente de característica predominantemente doméstico, conforme estabelecido em regulamento próprio e desde que servido pelo sistema de tratamento.

P – Percentual de remuneração pelos serviços, definido no item 7.3.5.

$T_{\text{trat.res.}}$ é a Tarifa de Tratamento de Esgotos Residenciais, constante da Cláusula Sexta deste Contrato, vigente à época da prestação do serviço.

Cláusula 8.3.1. – O volume do esgoto residencial será apurado considerando a somatória do consumo de água medido de cada usuário gerador de efluente de característica predominantemente doméstico.

Cláusula 8.3.1.1. – A PREFEITURA como responsável pelas obras de transporte de esgotos coletados no município até o sistema operado pela CONCESSIONÁRIA, garantirá a esta um volume mínimo mensal referente ao tratamento de esgotos residenciais, a partir da entrada em operação da estação de



Prefeitura da Estância Turística de Salto

Rua 9 de Julho, 1.053 - Centro - Fone: (0..11) 483-4333 - Fax: (0..11) 483-3291 - Caixa Postal 4
CEP 13.322-900 - SALTO - SP - CNPJ 46.634.507/0001-06
www.saltoturistico.com.br

tratamento de esgotos.

Cláusula 8.3.1.3. – Para tanto, a CONCESSIONÁRIA deverá emitir Nota de Fatura contra a PREFEITURA referente ao diferencial entre o volume apurado na forma da cláusula 8.3.1. e o volume mínimo estabelecido na cláusula 8.3.1.2, multiplicado pela tarifa de tratamento residencial constante da cláusula sexta deste instrumento, vigente à época da prestação do serviço.

Cláusula 8.3.2.1. – Os medidores de vazão retro mencionados serão instalados nas indústrias na forma prevista em regulamento.

Cláusula 8.3.3. – O volume de esgoto residencial será obtido de acordo com o estabelecido na cláusula 8.3.1.

Cláusula 8.6. – Para preservação do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão, será garantida a revisão da Tarifa de Concessão, nos termos estabelecidos na Cláusula Dez deste instrumento, na hipótese de ocorrerem variações entre os volumes médios anuais de esgotos efetivamente tratados e a demanda projetada de esgoto a tratar para o período correspondente, conforme constante do Anexo VII, tolerada a oscilação de 3% (três por cento) para mais ou para menos.

Cláusula 9.1 – O valor da Tarifa de Concessão (T_T) referente ao tratamento de esgotos será reajustado anualmente, sem prejuízo da possibilidade da redução deste prazo, nos termos previstos na Lei Federal nº 9.069 de 29 de junho de 1995, ou qualquer outra legislação que venha a substituí-la, de acordo com a seguinte fórmula:

$T_{Tn} = T_{To} \times [(a \times E_n/E_o) + (b \times M_n/M_o) + (c \times C_n/C_o) + (d \times R_n/R_o)]$, onde:

T_{Tn} = Tarifa de concessão reajustada para tratamento de esgotos.

T_{To} = Tarifa de concessão para tratamento de esgotos

E_n/E_o = registra a atualização da parcela de custos com energia elétrica consumida e potência instalada

E_n = Tarifa praticada pela empresa distribuidora de energia elétrica no Município de Salto, para a classe de fornecimento em questão, relativa ao mês objeto do reajustamento

E_o = Idem, relativa ao mês de setembro de 1999

M_n/M_o = registra a atualização da parcela de custos de pessoal

M_n = Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC (IBGE) ou outro índice de reajuste que venha a ser determinado pela política salarial do Governo Federal, relativo ao mês objeto do reajustamento.



Prefeitura da Estância Turística de Salto

Rua 9 de Julho, 1.053 - Centro - Fone: (0..11) 483-4333 - Fax: (0..11) 483-3291 - Caixa Postal 4
CEP 13.322-900 - SALTO - SP - CNPJ 46.634.507/0001-06
www.saltoturistico.com.br

Mo = Idem, relativo ao mês de setembro de 1999.

Cn/Co = registra a atualização da parcela dos custos de conservação, manutenção e outros

Cn = IGP-M/FGV – Índice Geral de Preços de Mercado da Fundação Getúlio Vargas, relativo ao mês objeto do reajustamento

Co = Idem, relativo ao mês de setembro de 1999.

Rn/Ro = registra a atualização da parcela referente a remuneração e depreciação do capital aplicado em obras e instalações

Rn = IGP-DI/FGV – Índice Geral de Preços da Fundação Getúlio Vargas, relativo ao mês objeto do reajustamento

Ro = Idem, relativo ao mês de setembro de 1999.

a, b, c e d = são parâmetros expressos em fração decimal, totalizando 1,00 (um inteiro) e estabelecidos em função da proporcionalidade existente entre as diversas parcelas de custo, conforme calculado pelas Licitantes e apresentado nos Quadros 22 e 23 do Demonstrativo da Composição da Tarifa constante da Proposta Financeira da CONCESSIONÁRIA, anexo a este contrato e readequada de acordo com o Anexo VII

Cláusula 9.3. – Cada parcela da tarifa deverá ser reajustada separadamente, utilizando a equação constante da cláusula 9.1 e ainda seguindo-se as instruções do Anexo IV, para obtenção dos coeficientes de ponderação também especificados na cláusula 9.1

Cláusula 10.2. – A CONCESSIONÁRIA terá direito à revisão da Tarifa de Concessão, nos seguintes casos:

- a) sempre que houver modificação unilateral do Contrato de Concessão, imposta pela PREFEITURA, que importe em variações de custo ou receitas, para mais ou para menos, conforme o caso;
- b) sempre que forem criados, alterados ou extintos tributos ou encargos legais ou sobrevierem disposições legais, ocorridas após a data de apresentação da Proposta de Tarifa objeto da Concorrência nº 05/96, de comprovada repercussão nos custos da CONCESSIONÁRIA, para mais ou para menos, conforme o caso;
- c) sempre que houver acréscimo ou supressão de encargos por parte da CONCESSIONÁRIA, para mais ou para menos, conforme o caso;

[Handwritten signatures and initials at the bottom of the page]



Prefeitura da Estância Turística de Salto

Rua 9 de Julho, 1.053 - Centro - Fone: (0..11) 483-4333 - Fax: (0..11) 483-3291 - Caixa Postal 4
CEP 13.322-900 - SALTO - SP - CNPJ 46.634.507/0001-06
www.saltoturistico.com.br

d) sempre que ocorrências supervenientes, decorrentes de força maior, caso fortuito, fato do príncipe, fato da Administração ou de interferências imprevistas resultem, comprovadamente, em acréscimo dos custos da CONCESSIONÁRIA;

e) sempre que na execução das obras objeto deste contrato forem constatadas alterações e/ou variações não previstas nos projetos básicos e executivos apresentados no Caderno de Licitação da Concorrência nº 05/96 e que afetem seu equilíbrio econômico-financeiro;

f) sempre que a CONCESSIONÁRIA vier a promover ou arcar com os ônus decorrentes da desapropriação ou a imposição de servidão administrativa de bens declarados de utilidade pública pela Prefeitura Municipal de Salto, exceto nos casos previstos nas cláusulas 1.9., 1.9.1. e 1.9.2. ou, nestes casos, se a verba de desapropriação ali prevista for insuficiente para os pagamentos das correspondentes indenizações.

g) no caso previsto no item 8.4 deste contrato.

Cláusula 12.2.16 – Efetuar a leitura de hidrômetros, processamento, emissão e entrega de contas e avisos de cobrança, assim como atendimento aos usuários do serviço de fornecimento de água e esgotamento sanitário, realizando, ainda, a supressão e religação do serviço de fornecimento de água, conforme estabelecido em regulamento próprio, com fornecimento de software específico para estes fins.

Cláusula 23.2 – A PREFEITURA poderá declarar a caducidade da concessão, rescindindo o presente contrato, nos casos de violação grave, contínua, contumaz ou insanável, das obrigações da CONCESSIONÁRIA, nos demais casos previstos neste contrato e, ainda, nas seguintes hipóteses:

I – desvio do objeto da CONCESSIONÁRIA;

II – dissolução da CONCESSIONÁRIA;

III – subconcessão ou transferência da concessão;

IV – cessação de pagamentos pela CONCESSIONÁRIA, decretação de sua falência ou requerimento de concordata;

V – interrupção da execução das obras ou da prestação de serviços, sem que tenham sido tomadas medidas adequadas à remoção da respectiva causa;

VI – realização das obras em desacordo com os projetos aprovados pela PREFEITURA ou em desacordo com os cronogramas definidos nos Anexos deste instrumento;

VII – obras e serviços executados em desconformidade com as normas técnicas ou prestados de forma inadequada;



Prefeitura da Estância Turística de Salto

Rua 9 de Julho, 1.053 - Centro - Fone: (0..11) 483-4333 - Fax: (0..11) 483-3291 - Caixa Postal 4
CEP 13.322-900 - SALTO - SP - CNPJ 46.634.507/0001-06
www.saltoturistico.com.br

VIII – recusa em proceder a adequada conservação e manutenção dos bens que integram a concessão, bem assim a prestação de serviços adequados;

IX – cobrança de tarifa em valor diferente do fixado no contrato de concessão;

X – oposição repetida ao exercício da fiscalização, reiterada recusa ao cumprimento de exigências formuladas pela PREFEITURA ou sistemática inobservância do estabelecido nos Anexos I e II deste contrato, quando se mostrarem ineficazes as demais sanções contratuais;

XI – o não pagamento de penalidades impostas por infrações à este contrato;

XII - condenação, transitada em julgado, por sonegação de tributos ou de contribuições sociais;

XIII – descumprimento de decisões judiciais.

Cláusula 24.1. – A CONCESSIONÁRIA deverá apresentar à PREFEITURA relatórios técnicos, operacionais e financeiros, mensais e anuais, de forma a retratar o fiel andamento das obras e dos serviços previstos neste contrato.

Cláusula 25.3 – Integram este contrato, como se nele estivessem transcritos, os anexos abaixo relacionados:

I – Volume 01: Projetos Básicos das Unidades Complementares;

Volume 02: Estudo de Concepção; e,

Volume 03: Reavaliação Hidráulica.

II – Metodologia de Execução do Sistema proposto pela Interviente Anuente;

III – Volumes Médios Anuais

IV – Volume 01: Demonstrativo de Composição da Tarifa apresentado pela Interviente Anuente;

Volume 02: Estimativa de Custo apresentado pela Interviente Anuente.

V – Demonstrativo de Esquema de Financiamento apresentado pela Interviente Anuente;

VI – Relação de Bens cedidos à Concessionária.

VII – Readequação de Projeto



Prefeitura da Estância Turística de Salto

Rua 9 de Julho, 1.053 - Centro - Fone: (0..11) 483-4333 - Fax: (0..11) 483-3291 - Caixa Postal 4
CEP 13.322-900 - SALTO - SP - CNPJ 46.634.507/0001-06
www.saltoturistico.com.br

VIII – recusa em proceder a adequada conservação e manutenção dos bens que integram a concessão, bem assim a prestação de serviços adequados;

IX – cobrança de tarifa em valor diferente do fixado no contrato de concessão;

X – oposição repetida ao exercício da fiscalização, reiterada recusa ao cumprimento de exigências formuladas pela PREFEITURA ou sistemática inobservância do estabelecido nos Anexos I e II deste contrato, quando se mostrarem ineficazes as demais sanções contratuais;

XI – o não pagamento de penalidades impostas por infrações à este contrato;

XII - condenação, transitada em julgado, por sonegação de tributos ou de contribuições sociais;

XIII – descumprimento de decisões judiciais.

Cláusula 24.1. – A CONCESSIONÁRIA deverá apresentar à PREFEITURA relatórios técnicos, operacionais e financeiros, mensais e anuais, de forma a retratar o fiel andamento das obras e dos serviços previstos neste contrato.

Cláusula 25.3 – Integram este contrato, como se nele estivessem transcritos, os anexos abaixo relacionados:

I – Volume 01: Projetos Básicos das Unidades Complementares;

Volume 02: Estudo de Concepção; e,

Volume 03: Reavaliação Hidráulica.

II – Metodologia de Execução do Sistema proposto pela Interviente Anuente;

III – Volumes Médios Anuais

IV – Volume 01: Demonstrativo de Composição da Tarifa apresentado pela Interviente Anuente;

Volume 02: Estimativa de Custo apresentado pela Interviente Anuente.

V – Demonstrativo de Esquema de Financiamento apresentado pela Interviente Anuente;

VI – Relação de Bens cedidos à Concessionária.

VII – Readequação de Projeto

[Handwritten signatures and marks at the bottom of the page]



Prefeitura da Estância Turística de Salto

Rua 9 de Julho, 1.053 - Centro - Fone: (0..11) 483-4333 - Fax: (0..11) 483-3291 - Caixa Postal 4
CEP 13.322-900 - SALTO - SP - CNPJ 46.634.507/0001-06
www.saltoturistico.com.br

Cláusula Segunda – Ficam ratificadas todas as demais cláusulas e condições contratuais constantes do contrato inicial, não alteradas pelo presente instrumento.

Assim, por estarem justas e acordadas, as partes firmam o presente Termo de Alteração Contratual em cinco (05) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo, de acordo com a legislação vigente.

Salto, 08 de Maio de 2.000.


MUNICÍPIO E ESTÂNCIA TURÍSTICA DE SALTO

Prefeitura da Estância Turística e Município de Salto

João Guido Conti

Prefeito Municipal

CONTRATANTE

 
SANECISTE SANEAMENTO DE SALTO LTDA.

CONTRATADA

 
SANECISTE SANEAMENTO E MEIO AMBIENTE S/A.

INTERVENIENTE ANUENTE

TESTEMUNHAS:


Wagner Correia da Silva


João Carlos dos Santos Rosa



Prefeitura da Estância Turística de Salto

Rua 9 de Julho, 1.053 - Centro - Fone: (0..11) 483-4333 - Fax: (0..11) 483-3291 - Caixa Postal 4
CEP 13.322-900 - SALTO - SP - CNPJ 46.634.507/0001-06
www.saltoturistico.com.br

Cláusula Segunda – Ficam ratificadas todas as demais cláusulas e condições contratuais constantes do contrato inicial, não alteradas pelo presente instrumento.


Assim, por estarem justas e acordadas, as partes firmam o presente Termo de Alteração Contratual em cinco (05) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo, de acordo com a legislação vigente.

Salto, 08 de Maio de 2.000.


MUNICÍPIO E ESTÂNCIA TURÍSTICA DE SALTO

Prefeitura da Estância Turística e Município de Salto

João Guido Conti
Prefeito Municipal
CONTRATANTE


SANECISTE SANEAMENTO DE SALTO LTDA.
CONTRATADA


SANECISTE SANEAMENTO E MEIO AMBIENTE S/A.
INTERVENIENTE ANUENTE

TESTEMUNHAS:


Wagner Correia da Silva


João Carlos dos Santos Rosa



Prefeitura da Estância Turística de Salto

Rua 9 de Julho, 1.053 - Centro - Fone: (0..11) 483-4333 - Fax: (0..11) 483-3291 - Caixa Postal 4
CEP 13.322-900 - SALTO - SP - CNPJ 46.634.507/0001-06
www.saltoturistico.com.br

Cláusula Segunda – Ficam ratificadas todas as demais cláusulas e condições contratuais constantes do contrato inicial, não alteradas pelo presente instrumento.

Assim, por estarem justas e acordadas, as partes firmam o presente Termo de Alteração Contratual em cinco (05) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo, de acordo com a legislação vigente.

Salto, 08 de Maio de 2.000.


MUNICÍPIO E ESTÂNCIA TURÍSTICA DE SALTO

Prefeitura da Estância Turística e Município de Salto

João Guido Conti

Prefeito Municipal

CONTRATANTE


SANECISTE SANEAMENTO DE SALTO LTDA.

CONTRATADA


SANECISTE SANEAMENTO E MEIO AMBIENTE S/A.

INTERVENIENTE ANUENTE

TESTEMUNHAS:


Wagner Correia da Silva


João Carlos dos Santos Rosa



Prefeitura da Estância Turística de Salto

Rua 9 de Julho, 1053 - Vila Nova - Fone: 11 4029.4333 - Fax: 11 4029.3291 - Caixa Postal 04
CEP 13.322-000 - SALTO - SP - CNPJ 46.634.507/0001-06

TERMO DE ALTERAÇÃO CONTRATUAL N.º 02

Contratante – Prefeitura da Estância Turística de Salto

Contratada – Sanesalto Saneamento Ltda.

Intervenientes Anuentes – Resil Investimentos, Participações e Projetos Ltda e Saneciste Saneamento e Meio Ambiente S.A.

Objeto – Contrato de concessão de Serviço Público de Tratamento de Esgotos Urbanos Domésticos e Industriais precedido de execução de obras públicas.

A Estância Turística de Salto, neste ato representada pelo Prefeito Municipal Sr. Pilzio Nunciatto Di Lelli, doravante designada como PREFEITURA, e de outro lado à empresa SANESALTO SANEAMENTO LTDA, inscrita no CNPJ(MF) n.º 02.724.983./0001-34, neste ato representada por Rogelio Contreiras de Sousa, português, casado, engenheiro, com RNE n.º V-274.814-3-SR/DPF – SP., CPF n.º 219.854.668-05, doravante designada como CONCESSIONÁRIA, sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada, controlada pelas empresas RESIL INVESTIMENTOS, PARTICIPAÇÕES E PROJETOS LTDA e SANECISTE SANEAMENTO E MEIO AMBIENTE S.A., doravante denominadas INTERVENIENTES ANUENTES, considerando a necessidade de se adequar à concessão à lei autorizada (Lei Municipal n.º 1.903, de 21 de fevereiro de 1996) e à Lei Federal n.º 8.987 de 13 de fevereiro de 1995; considerando também a vontade das partes contratantes em minimizar os encargos da PREFEITURA e, em contrapartida, conferir à CONCESSIONÁRIA meios mais eficazes para a execução de suas obrigações contratuais, resolvem proceder alterações no Contrato Original, firmado em 05 de dezembro de 1996 em decorrência da Concorrência Pública n.º 05/96, e no Termo de Alteração Contratual firmado em 08 de maio de 2000 nos seguintes termos e condições:

Cláusula Primeira:

As cláusulas a seguir elencadas do Contrato original passam a vigorar com a seguinte redação:

Cláusula 1.1.3 – Leitura de hidrômetros; processamento, emissão, notificação e cobrança de contas pelos serviços de fornecimento de água e coleta de esgoto; afastamento e tratamento de esgotos urbanos domésticos e industriais.

Cláusula 1.2 – Os resíduos sólidos e efluentes poderão ser comercializados pela CONCESSIONÁRIA.

✱



Prefeitura da Estância Turística de Salto

Rua 9 de Julho, 1053 - Vila Nova - Fone: 11 4029.4333 - Fax: 11 4029.3291 - Caixa Postal 04
CEP 13.322-000 - SALTO - SP - CNPJ 46.634.507/0001-06

Cláusula 1.2.1 – Fica a cargo exclusivo da CONCESSIONÁRIA a destinação dos resíduos não comercializados na forma da cláusula 1.2, obedecida, sempre, a normatização da PREFEITURA.

Cláusula 1.6.1 – O local disponibilizado para a edificação das instalações da CONCESSIONÁRIA, é o constante do Decreto n.º 035/89 de 30/03/89, com as alterações do Decreto n.º 060/95 de 30/10/95.

Cláusula 1.9.4 – As receitas para a cobertura dos encargos da CONCESSIONÁRIA advirão da arrecadação da tarifa pelos serviços trespessados, acrescidas da receita eventual prevista na comercialização autorizada na cláusula 1.2, garantida a fiscalização e assegurado o controle das tarifas pela PREFEITURA.

Cláusula 7.2.3.3 – De todos os usuários do sistema de esgotamento sanitário que efetivamente contribuirão com efluentes para a ETE serão cobradas as tarifas definidas pela PREFEITURA na forma da cláusula SEXTA. Os valores referentes a esta parcela pertencem à CONCESSIONÁRIA.

Cláusula 7.3.1 – A CONCESSIONÁRIA terá direito à cobrança das suas tarifas imediatamente a partir do início da operação da Estação de Tratamento de Esgotos, sendo concedido um prazo de até 60(sessenta) dias após o início destas atividades para adequação do sistema de leitura e processamento de contas, através de programa (software) especialmente desenvolvido. Até a implementação completa destes mesmos serviços pela CONCESSIONÁRIA, as responsabilidades técnica e de custeio destas atividades ficarão totalmente sob responsabilidade da PREFEITURA.

Cláusula 7.3.3 – Caberá à CONCESSIONÁRIA os serviços de leitura de hidrômetros, processamento, emissão, notificação e cobrança de contas pelos serviços de fornecimento de água, afastamento e tratamento de esgotos urbanos domésticos e industriais, conforme estabelecido em regulamento próprio, devendo, para tanto treinar sua equipe.

Cláusula 7.4.1 – Caberá à CONCESSIONÁRIA a escolha da instituição financeira centralizadora da arrecadação, ficando certo que o recolhimento poderá ser efetuado em todas as instituições financeiras conveniadas com a PREFEITURA.

Cláusula 7.4.2 - A CONCESSIONÁRIA transferirá, no prazo apontado na cláusula 7.2.5, à conta indicada pela PREFEITURA as parcelas referidas nas cláusulas 7.2.3.1 e 7.2.3.2, deduzindo deste montante o valor proporcional aos encargos bancários inerentes, que será calculado como sendo o quociente entre o faturamento da PREFEITURA e a somatória dos faturamentos da CONCESSIONÁRIA e da PREFEITURA, multiplicado pelo valor total dos encargos bancários.



Prefeitura da Estância Turística de Salto

Rua 9 de Julho, 1053 - Vila Nova - Fone: 11 4029.4333 - Fax: 11 4029.3291 - Caixa Postal 04
CEP 13.322-000 - SALTO - SP - CNPJ 46.634.507/0001-06

Cláusula 7.4.3 – Em caso de atraso no pagamento superior a 90 (noventa) dias corridos, a CONCESSIONÁRIA solicitará por escrito autorização da PREFEITURA para a restrição no fornecimento dos serviços dos inadimplentes, cabendo à PREFEITURA a inscrição dos débitos na Dívida Ativa do Município.

Cláusula 7.4.4 – Se a PREFEITURA não emitir a autorização de que trata a cláusula 7.4.3 em até 30 (trinta) dias corridos da data de sua solicitação, fica a CONCESSIONÁRIA, autorizada a reter os valores das parcelas devidas ao Tesouro Municipal referidas nas cláusulas 7.2.3.1 e 7.2.3.2 até o montante necessário à satisfação da parcela que lhe pertence na inadimplência.

Cláusula 8.1 – Os recursos financeiros para custeio dos serviços concedidos e para retorno dos investimentos na implantação do sistema serão suportados exclusivamente pela tarifa referente ao tratamento de esgotos cobrada dos usuários e pela receita eventual prevista na cláusula 1.2.

Cláusula Segunda:

Ao Contrato original ficam acrescentadas as seguintes cláusulas:

Cláusula 1.1.4 – Controle da inadimplência através de restrição no fornecimento dos serviços, obedecida a normatização da PREFEITURA

Cláusula 1.1.5 – Cobrança executiva dos débitos oriundos do encargo atribuído pela cláusula 1.1.3.

Cláusula 7.2.5 – Os valores tocantes à PREFEITURA e especificados na cláusula 7.4.2 serão repassados ao Tesouro Municipal no prazo máximo de 03(três) dias úteis, contados da data de sua efetiva arrecadação.

Cláusula Terceira:

Ficam revogadas as seguintes cláusulas do Contrato Original: 7.7, 7.1.1, 7.1.2, 7.3.5, 7.3.5.1, 7.3.5.2, 7.4.4, 7.4.1.1, 7.4.2.1, 7.4.2.2, 7.4.2.3, 7.4.4.1, 7.4.5, 7.4.5.1, 7.4.6, 7.4.6.1, 7.4.7, 7.4.7.1, 7.4.7.2 e 8.2 até 8.6.

Cláusula Quarta:

Ficam ratificadas todas as demais cláusulas e condições do contrato Original, assim como as cláusulas do Termo de Alteração Contratual n.º 01, lavrado em 08 de maio de 2000, não conflitantes ou alteradas pelo presente Termo.

3




Prefeitura da Estância Turística de Salto

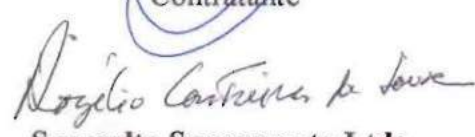
Rua 9 de Julho, 1053 - Vila Nova - Fone: 11 4029.4333 - Fax: 11 4029.3291 - Caixa Postal 04
CEP 13.322-000 - SALTO - SP - CNPJ 46.634.507/0001-06

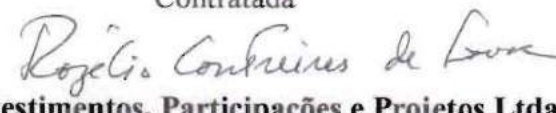
Cláusula Quinta:

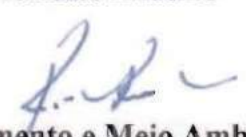
Em decorrência das alterações contratuais procedidas por este Termo, os valores faturados pela CONCESSIONÁRIA referentes aos serviços de leitura, atendimento ao público, processamento, emissão e entrega de contas e avisos de cobrança de fornecimento de água prestados de janeiro de 1997 até 30 de junho de 2002, no valor de R\$ 1.536.813,75 (um milhão, quinhentos e trinta e seis mil, oitocentos e treze reais e setenta e cinco centavos) ficam compensados com o encargo da CONCESSIONÁRIA de reembolsar a PREFEITURA pela desapropriação da área definida na cláusula 1.6.1., no valor atualizado de R\$ 929.861,24 (novecentos e vinte e nove mil, oitocentos e sessenta e um reais e vinte e quatro centavos), renunciando a CONCESSIONÁRIA, expressamente, ao direito de cobrança da diferença entre esses valores.


Em sendo esta a vontade das partes, firmam o presente termo de Alteração Contratual em 05 (cinco) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo indicadas,
Salto(SP), 29 de abril de 2002

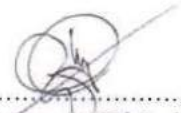

Pilzio Nunciato Di Lelli
Prefeitura da Estância Turística de Salto
Contratante

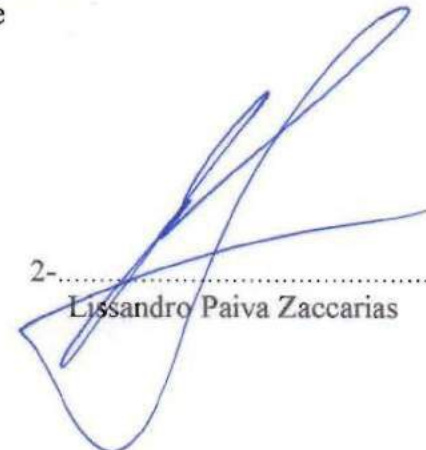

Rogério Contreras de Lora
Sanesalto Saneamento Ltda.
Contratada


Rogério Contreras de Lora
Resil Investimentos, Participações e Projetos Ltda.
Interveniente Anuente


Saneciste Saneamento e Meio Ambiente S.A.
Interveniente Anuente


c.c. Secretária de Negócios Jurídicos
Testemunhas:

1- 
Marco A. Di Lello

2- 
Lissandro Paiva Zaccarias



TERMO DE ALTERAÇÃO CONTRATUAL nº 03

Contratante: Prefeitura da Estância Turística de Salto

Contratada: Sanesalto Saneamento S.A.

Intervenientes anuentes: Globalbank Participações e Investimentos e Saneciste Saneamento e Meio Ambiente S.A.

Objeto: Contrato de Concessão de serviço público de tratamento de esgotos urbanos, domésticos e industriais, precedido de execução de obras públicas.

A **Estância Turística de Salto**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na rua Nove de Julho nº 1.053, inscrita no CNPJ/MF sob nº 46.634.507/0001-06, neste ato representada pelo Prefeito Municipal Sr. José Geraldo Garcia, brasileiro, casado, professor, portador do R.G. nº 12.424.665-5-SSP/SP e do CIC nº 032.586.138-26, doravante designada como Prefeitura, e de outro lado a empresa **Sanesalto Saneamento S.A.**, inscrita no CNPJ n. 02.724.983/0001-34, neste ato representada pelos Srs. Carlos Alberto Giroud Joaquim e João Mauro Boschiero, doravante designada como Concessionária, sociedade anônima de capital aberto,

Considerando o decurso do tempo entre a assinatura do Contrato e o momento atual, alterações significativas na realidade financeira e demográfica da Cidade de Salto e os eventos ocorridos neste interím, inclusive os atrasos no início da operação de tratamento de esgotos;

Considerando a implantação de método de tratamento de esgotos por reator anaeróbio de fluxo ascendente do tipo UASB e filtro anaeróbio para polimento final, devidamente aprovado pela CETESB;

Considerando, neste contexto, a necessidade de verificação da adequação da tarifa originalmente prevista no edital de licitação ("Tarifa Contratual"), mantidas as condições efetivas da proposta vencedora da licitação e respeitados os parâmetros contidos no plano de negócios da Concessionária;

Considerando que inexistia histórico anterior na Cidade de tratamento de esgotos o que torna necessário o acompanhamento dos volumes a serem tratados e da planta de tratamento



implantada pela Concessionária e recepcionada pela Municipalidade, de modo a colher os elementos mais detalhados e aprofundados para definir a tarifa justa, aderente aos custos e à realidade sócio-econômica dos usuários, bem como para aferir os mecanismo de recomposição do equilíbrio contratual caso seja apurado desequilíbrio ao fim deste período de estudos e levantamentos;

Considerando a prerrogativa do Poder Concedente em determinar alterações unilaterais com vistas a atender o interesse público contraposta à impossibilidade jurídica de desrespeito à equação original entre encargos e vantagens das Partes, bem como do princípio da vinculação ao edital da licitação precedente;

Considerando a necessidade de superar divergências entre o Poder Concedente e a Concessionária, essencial para a prestação de serviço público adequado, observados os princípios da modicidade da tarifa e da manutenção do equilíbrio econômico e financeiro da concessão;

Considerando o disposto na Lei federal n. 11.445/07 que estabelece os marcos regulatórios nacionais para o setor de saneamento, especialmente as diretrizes tarifárias dispostas no art. 12, § 2º, V, art. 22, IV, art. 29, I e §1º, II, art. 30, I, e especialmente o art. 31, II daquela Lei;

Considerando que o esgoto proveniente das indústrias deverão atender a norma brasileira de descarte em rede pública de esgoto;

Considerando ainda que as Partes vêm, há alguns meses, empreendendo esforços no sentido de promover melhor adequação das condições da concessão para atingimento dos fins de interesse público;

DECIDEM avançar o presente TERMO ADITIVO, para os fins abaixo especificados.

Cláusula 1ª – Dos estudos técnicos e econômico-financeiros conjuntos

1.1. As Partes se obrigam a empreender seus melhores esforços, durante o período de 180 (cento e oitenta) dias, para produzir uma solução definitiva, a ser aplicada para o período remanescente da concessão, relativa à definição do valor justo e adequado para a Nova Tarifa Definitiva para Tratamento de Esgotos Residenciais e Industriais ("Nova Tarifa"), que comporá a Tarifa de Concessão;

[Handwritten signatures and initials in blue ink]



- 1.2. A Nova Tarifa substituirá a Tarifa Contratual e corresponderá a um valor por m3 de esgoto tratado, independente de ser estabelecida pelo Município política tarifária que observará ao disposto no art. 30, inciso I, da Lei federal nº 11.445/07, de modo que qualquer que seja a estrutura tarifária, será mantido o valor médio por m3 correspondente à Nova Tarifa definida consensualmente nos termos do presente.
- 1.3. Os estudos e esforços conjuntos referidos no item 1.1 visarão a, tendo em vista os pressupostos jurídicos cabíveis, adequar as condições contratuais às novas características do empreendimento.
- 1.4. Definido o valor da Nova Tarifa Definitiva considerada consensualmente pelas partes como justa e adequada à luz da nova realidade dos serviços concedidos, o Poder Concedente poderá determinar a cobrança de uma tarifa em valor inferior ("Tarifa Determinada"), desde que a correspondente perda da Concessionária seja concomitantemente neutralizada por medida suficiente de recomposição do equilíbrio econômico e financeiro prevista na Cláusula 5ª do presente.

Cláusula 2ª – Dos estudos técnicos relativos à mensuração dos serviços

- 2.1. Durante o prazo referido na Cláusula 1.1., as partes procederão também a estudos técnicos para a verificação da eventual necessidade e possibilidade de introdução de nova solução técnica para a mensuração do volume de esgotos tratados pela Concessionária.
- 2.2. A definição de uma nova metodologia deverá considerar os aspectos técnicos, econômicos, de financiabilidade do projeto e a natureza jurídica do modelo de concessão adotado no presente Contrato.
- 2.3. A falta de definição de um novo método de medição dos serviços não obstará a definição da Nova Tarifa caso sobre ela já tenham as partes chegado a uma definição.
- 2.4. O término do prazo de estudos sem uma definição sobre o tema desta Cláusula não impedirá que as Partes avencem no futuro, por acordo, uma nova metodologia para mensuração do volume de serviços prestados.

Handwritten signatures and initials in blue ink.





Cláusula 3ª. Do Regime Cautelar de Remuneração da Concessionária

3.1. Durante o período de realização dos estudos e esforços a que se refere o item 1.1, fica avençado que:

3.1.1. Os serviços serão remunerados por uma Tarifa Provisória estabelecida pelo Poder Concedente e cuja estrutura e valores são aqueles constantes do Anexo VIII, para remunerar os serviços de tratamento de esgoto residencial e industrial, valores estes que foram objeto de estudos técnicos preliminares cujas premissas não vinculam as Partes.

3.1.2. As tarifas diferenciadas por classes de usuários constante do Anexo VIII refletem a política tarifária adotada pelo Município em atenção ao disposto no art. 31, I, da Lei federal n 11.445/07, e não deve alterar o valor pactuado a título de Tarifa Provisória, de modo que o valor médio por m³ de esgoto tratado pela Concessionária siga sendo correspondente a R\$ 0,85 (oitenta e cinco centavos de real), até que seja definido o valor da Nova Tarifa nos termos do item 1.1. supra.

3.1.3. Caso, ao final do período de 180 (cento e oitenta) dias, considerado pelas Partes suficiente, não for possível concluir os estudos para definir o valor da Nova Tarifa, as Partes poderão estabelecer por Termo Aditivo um novo prazo suplementar para conclusão destes estudos.

Cláusula 4ª – Da conclusão dos estudos e extinção do Regime Cautelar de Remuneração da Concessionária

4.1. Uma vez atingida solução exitosa em face dos esforços indicados na Cláusula Primeira, as novas definições decorrentes dos estudos serão formalizadas em novo Termo Aditivo, produzindo-se o encerramento da aplicação do Regime Cautelar de Remuneração.

4.2. Se for alcançado consenso entre as Partes, as definições poderão ser implementadas a qualquer tempo antes do término do prazo referido em 1.1. supra.

4.3. Concomitantemente ao encerramento do Regime Cautelar de Remuneração, as partes procederão, em face da Nova Tarifa, a apuração do saldo credor ou devedor da Concessionária calculado pela diferença, a maior ou menor, entre a Tarifa Provisória e a Nova Tarifa, multiplicada pelo volume de serviços aferido no período de vigência do

[Handwritten signature]



Regime Cautelar de Remuneração, para fins de aplicação do disposto na Cláusula 5ª infra.

Cláusula 5ª – Da recomposição do equilíbrio econômico-financeiro

5.1. Caso o valor da Nova Tarifa definido pelas partes ao final dos estudos mencionados no item 1.1 ou nos termos do item 1.3., seja distinto do valor definido como Tarifa Provisória, a diferença apurada ensejará o reequilíbrio econômico-financeiro da concessão relativo ao período de vigência do Regime Cautelar de Remuneração.

5.2. Caso o Poder Concedente resolva se utilizar da prerrogativa prevista no item 1.4 supra, será apurada a diferença entre o valor da Nova Tarifa aceita pelas Partes e o valor da Tarifa Determinada, estipulada unilateralmente pelo Poder Concedente, promovendo-se o reequilíbrio contratual suficiente para neutralizar a redução representada pela Tarifa Determinada.

5.3. O reequilíbrio previsto nesta Cláusula será formalizado no mesmo ato que definir a Nova Tarifa e poderá ser efetivado por qualquer mecanismo legalmente admitido, considerando o interesse público e a sustentabilidade da Concessão, prevendo-se desde já os seguintes mecanismos, adotados isolada ou combinadamente:

- a. recomposição do prazo da Concessão.
- b. repactuação de investimentos;
- c. reprogramação de investimentos;
- d. pagamento de compensação financeira entre as partes.

Cláusula 6ª - Da cobrança

6.1. A Concessionária somente fará jus à remuneração relativa ao tratamento de esgotos, quer provisória ou definitiva, quando da entrada em operação da Estação de Tratamento de Esgotos (E.T.E. Santa Isabel) integrante do sistema concedido.

Handwritten signature and initials in blue ink.



6.2. Tão logo a CETESB conceda a Licença de Operação, em qualquer de suas versões, e o Poder Concedente realize o recebimento das obras, autorize a execução dos serviços, e edite o Decreto fixando a estrutura tarifária constante do Anexo VIII, a Concessionária passará a receber os valores correspondentes à tarifa do tratamento de esgotos.

6.3. Durante a vigência deste Termo o recebimento pela concessionária das tarifas de esgoto se dará mediante transferência a ser realizada por instituição financeira arrecadadora indicada pelas partes, que irá separar imediatamente os valores cabentes desde logo à Concessionária, creditando o valor correspondente diretamente na conta bancária indicada pela Concessionária.

6.3.1. O mandato atribuído à instituição financeira para arrecadação e segregação das quantias é atribuído de forma irrevogável e irretratável.

6.4. Após termino de vigência do presente Termo a cobrança passará a ser realizada pela Concessionária, que procederá a transferência dos valores correspondentes às tarifas de água e de afastamento de esgotos diretamente à Prefeitura ou a quem for por ela indicado.

6.5. O valor cabente à Concessionária corresponderá ao resultado da multiplicação do valor da Tarifa Provisória ou definitiva multiplicado pela quantidade de água fornecida, medida no hidrômetro de cada usuário.

Cláusula 7ª - Dos Anexos

7.1. O presente Aditivo é integrado pelo presente Anexo:

Anexo VIII – Valores e estrutura tarifária do Regime Cautelar de Remuneração.

Cláusula 8ª – Disposições gerais

8.1 Ficam ratificadas todas as cláusulas e condições do contrato e seus Aditivos não conflitantes ou alteradas pelo presente Termo.

Handwritten signatures and initials in blue ink.





8.2. O presente Termo Aditivo escolma e ratifica os procedimentos adotados pelas Partes na execução do presente contrato, elidindo o objeto dos Processos Judiciais pendentes, assim como os Processos Administrativos nº 477/06 e 2156/06, que serão extintos desde logo por carência de objeto, independente dos atos formais necessários ao seu encerramento que serão providenciados conjuntamente pelas partes.

Assim, por estarem justas e acordadas, as partes firmam o presente Termo de Alteração Contratual em cinco (05) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo, de acordo com a legislação vigente.

Salto, 26 de Abril de 2007

MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE SALTO

José Geraldo Garcia
Prefeito Municipal
Contratante

SANESALTO SANEAMENTO S/A
Contratada

GLOBALBANK PARTICIPAÇÕES E INVESTIMENTOS.
Interveniente Anuente

SANECISTE SANEAMENTO E MEIO AMBIENTE S.A.
Interveniente Anuente

4º TABELIÃO DE NOTAS - Estado de São Paulo - Comarca de Capão
RUA ESTADOS UNIDOS, 528 - CEP: 01427-000 - FONE: (0XX11) 304-5111
Tabelião: Bel. OSVALDO CANHEO - Tabelião Substituto: Bel. ANTONIO CANHEO

RECONHECO por semelhança 0002 firma(s) de:
JOAO NAURO BOSCHIERO E PEDRO PAULO
BERGAMASCHI DE LEONI RAMOS
10/05/2007 EM TEST. DA VERDADE.
JUCIANA LEAO XAVIER-ESCREVENTE
Car.: 1752417 Pago: *****B.60 DOC.C/VL.EC.
Sel(s): AAN192843

Colégio Notarial do Brasil
Arara - SP
Estado de São Paulo
FIRMA VALOR ECONOMICO 2
1038AA192843



Testemunhas:

1-

2-

h h

h B y



TERMO DE ALTERAÇÃO CONTRATUAL nº 04

Contratante: Prefeitura da Estância Turística de Salto

Contratada: Sanesalto Saneamento S.A.

Intervenientes anuentes: Globalbank Participações e Investimentos, atual controladora da Sanesalto

Objeto: Contrato de Concessão de serviço público de tratamento de esgotos urbanos, domésticos e industriais, precedido de execução de obras públicas.

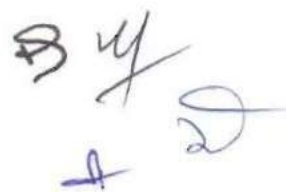
A **Estância Turística de Salto**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na rua Nove de Julho nº 1.053, inscrita no CNPJ/MF sob nº 46.634.507/0001-06, neste ato representada pelo Prefeito Municipal Sr. José Geraldo Garcia, brasileiro, casado, professor, portador do R.G. nº 12.424.665-5-SSP/SP e do CIC nº 032.586.138-26, doravante designada como Prefeitura, e de outro lado a empresa **Sanesalto Saneamento S.A.**, inscrita no CNPJ n. 02.724.983/0001-34, neste ato representada pelos Srs. Carlos Alberto Giroud Joaquim e João Mauro Boschiero, doravante designada como Concessionária, sociedade anônima de capital aberto,

Considerando que não obstante o esforço despendido pelas partes, não se logrou ainda chegar ao final dos estudos necessários à definição do valor justo e adequado para a Nova Tarifa Definitiva para Tratamento de Esgotos Residenciais e Industriais;

Considerando que, tendo ocorrido consenso entre as partes sobre a contratação de Instituição independente para a realização dos estudos, o que demandou, por si só, considerável atraso na solução definitiva, a ser aplicada para o período remanescente da concessão, serão necessários mais 04 meses para sua esperada conclusão e definição econômica dos valores em análise;

Considerando que a alteração da tarifa contratual só pode ser feita de comum acordo entre as partes por afetar diretamente o núcleo intangível da avença;

DECIDEM avençar o presente TERMO ADITIVO, para os fins abaixo especificados.



Cláusula 1ª – Da prorrogação do prazo dos estudos técnicos e econômico-financeiros conjuntos

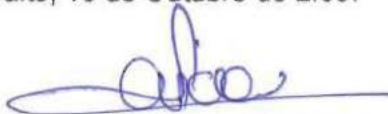
1.1. As Partes acórdão por prorrogar por mais 04 meses, o prazo para conclusão dos estudos e para chegarem a uma solução definitiva, a ser aplicada para o período remanescente da concessão, relativa à definição do valor justo e adequado para a Nova Tarifa Definitiva para Tratamento de Esgotos Residenciais e Industriais ("Nova Tarifa"), que comporá a Tarifa de Concessão, observados os parâmetros previstos no Termo de Adequação Contratual nº3.

Cláusula 2ª – Disposições gerais

4.1 Ficam ratificadas todas as cláusulas e condições do contrato e seus Aditivos não conflitantes ou alteradas pelo presente Termo.

Assim, por estarem justas e acordadas, as partes firmam o presente Termo de Alteração Contratual em cinco (05) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo, de acordo com a legislação vigente.

Salto, 18 de Outubro de 2.007



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE SALTO

José Geraldo Garcia

Prefeito Municipal

Contratante



SANESALTO SANEAMENTO S/A

Contratada



Globalbank Participações e Investimentos

Interveniente Anuente

Testemunhas:

Testemunhas:

1-

2-



TERMO DE ALTERAÇÃO CONTRATUAL nº 05

Contratante: Prefeitura da Estância Turística de Salto

Contratada: Sanesalto Saneamento S.A.

Intervenientes anuentes: Globalbank Participações e Investimentos, atual controladora da Sanesalto

Objeto: Contrato de Concessão de serviço público de tratamento de esgotos urbanos, domésticos e industriais, precedido de execução de obras públicas.

A **Estância Turística de Salto**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na rua Nove de Julho nº 1.053, inscrita no CNPJ/MF sob nº 46.634.507/0001-06, neste ato representada pelo Prefeito Municipal Sr. José Geraldo Garcia, brasileiro, casado, professor, portador do R.G. nº 12.424.665-5-SSP/SP e do CIC nº 032.586.138-26, doravante designada como Prefeitura, e de outro lado a empresa **Sanesalto Saneamento S.A.**, inscrita no CNPJ n. 02.724.983/0001-34, neste ato representada pelo Sr. João Mauro Boschiero, doravante designada como Concessionária, sociedade anônima de capital aberto,

Considerando que não obstante o esforço despendido pelas partes, não se logrou ainda chegar ao final dos estudos necessários à definição do valor justo e adequado para a Nova Tarifa Definitiva para Tratamento de Esgotos Residenciais e Industriais;

Considerando que tendo ocorrido consenso entre as partes sobre a contratação de Instituição independente para a realização dos estudos, o que demandou, por si só, considerável atraso na solução definitiva, a ser aplicada para o período remanescente da concessão, serão necessários mais 60 dias para a sua esperada conclusão e definição econômica dos valores em análise;

Considerando que a alteração da tarifa contratual só pode ser feita de comum acordo entre as partes por afetar diretamente o núcleo intangível da avença;

DECIDEM avençar o presente TERMO ADITIVO, para os fins abaixo especificados.





Cláusula 1ª – Da prorrogação do prazo dos estudos técnicos e econômico-financeiros conjuntos

1.1. As Partes acórdão por prorrogar por mais 60 (sessenta) dias, o prazo para conclusão dos estudos que remeterão à pretendida solução definitiva a ser aplicada para o período remanescente da concessão, relativa à definição do valor justo e adequado para a Nova Tarifa Definitiva para Tratamento de Esgotos Residenciais e Industriais ("Nova Tarifa"), que comporá a Tarifa de Concessão, observados os parâmetros previstos no Termo de Adequação Contratual nº 03.

Cláusula 2ª – Disposições gerais

2.1. Ficam ratificadas todas as cláusulas e condições do contrato e seus Aditivos não conflitantes ou alteradas pelo presente Termo.

Assim, por estarem justas e acordadas, as partes firmam o presente Termo de Alteração Contratual em cinco (05) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo, de acordo com a legislação vigente.

Salto, 22 de Fevereiro de 2008

MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE SALTO

José Geraldo Garcia

Prefeito Municipal

Contratante

SANESALTO SANEAMENTO S/A

Contratada

GLOBALBANK PARTICIPAÇÕES E INVESTIMENTOS.

Interveniente Anuente

Testemunhas:

1-

2-

WAGNER CORREIA DA SILVA

Diretor Sec. Neg. Jurídicos -

OAB/SP 88.585 -



TERMO DE ALTERAÇÃO CONTRATUAL nº. 06

Contratante: Prefeitura da Estância Turística de Salto

Contratada: Sanesalto Saneamento S.A.

Intervenientes anuentes: GPI Participações e Investimentos S.A., anteriormente denominada Globalbank Participações e Investimentos S.A., atual controladora da Sanesalto.

Objeto: Contrato de Concessão de serviço público de tratamento de esgotos urbanos, domésticos e industriais, precedido de execução de obras públicas.

A **Estância Turística de Salto**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na rua Nove de Julho nº 1.053, inscrita no CNPJ/MF sob nº 46.634.507/0001-06, neste ato representada pelo Prefeito Municipal Sr. José Geraldo Garcia, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador do R.G. nº 12.424.665-5-SSP/SP e do CIC nº 032.586.138-26, doravante designada como Prefeitura, e de outro lado a empresa **Sanesalto Saneamento S.A.**, inscrita no CNPJ n. 02.724.983/0001-34, neste ato representada pelos Sr. João Mauro Boschiero, doravante designada como Concessionária, sociedade anônima de capital aberto,

Considerando o Termo Aditivo n.º 3 ao Contrato de Concessão, firmado em 26 de Abril de 2007, que trata, entre outros temas, da necessidade de elaboração de estudos para definição da Tarifa justa dos serviços de esgoto, aderente aos custos e à realidade sócio-econômica dos usuários, bem como dos mecanismos de recomposição do equilíbrio contratual em caso de desequilíbrio ao fim do período de estudos e levantamentos.

Considerando a conclusão de referidos estudos realizados pela Fundação Getúlio Vargas, aceita por ambas as partes como qualificada para tanto, com a conseqüente apuração, segundo as informações recebidas, da Nova Tarifa Definitiva, que equivaleria à justa remuneração pelos serviços concedidos, no valor de R\$ 1,68 por m3 de esgoto tratado.

Considerando que os estudos realizados acabaram por contemplar investimentos ainda por se realizar, e que a total implementação dos investimentos poderão ser feitos dentro de um cronograma que modificaria o resultado obtido no atual estudo.

[Handwritten signatures and initials]



Considerando que as tarifas diferenciadas por classes de usuários constante do Anexo VIII do Terceiro Aditivo ao contrato, representam um valor médio maior àquele previsto no item 3.1.2. do referido aditamento.

Considerando por fim, que os valores a maior recebidos pela aplicação da política tarifária, já podem ser utilizados para a busca do reequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão.

DECIDEM as Partes avançar o presente TERMO ADITIVO, para os fins a seguir especificados.

Cláusula 1ª. Da Remuneração da Concessionária

1.1 As partes reconhecem, após a conclusão dos Estudos para definição do valor justo e adequado da tarifa de tratamento de esgotos residenciais e industriais, que o valor da Nova Tarifa Contratual será de R\$ 1,68 (hum real e sessenta e oito centavos) por metro cúbico de esgoto tratado pela Concessionária.

1.2 Fica fixado o valor de R\$ 0,92 (noventa e dois centavos de real) ("Tarifa Determinada"), como o valor médio por m³ de esgoto tratado pela Concessionária, mantido as tarifas diferenciadas por classes de usuários constante do Anexo VIII do Terceiro Aditivo, que refletem a política tarifária adotada pelo Município em atenção ao disposto no art. 31, I, da Lei federal n 11.445/07.

1.3 Os valores fixados nos itens anteriores retroagem seus efeitos à competência Maio/2008.

Cláusula 2ª – Da Revisão da Tarifa

2.1 No prazo de 60 (sessenta) dias contados deste instrumento, as partes deverão acordar mecanismo de reequilíbrio que neutralize a diferença entre a Nova Tarifa definida em 1.1. supra e a Tarifa Determinada, conforme o disposto na cláusula 5.2 do Termo Aditivo nº 3 ao Contrato de Concessão, apresentando:

2.1.1 Pela Concessionária: cronograma de investimentos e obras ainda pendentes de implementação.

2.1.2 Pela Prefeitura: cronograma de adequação da tarifa (valor médio) devida à Concessionária, como forma de graduar a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro.

Handwritten signatures and initials:
A large signature "L. Y." is written over the text of item 2.1.2.
To the right, there are several initials and a circled number "2".



Cláusula 3ª – Da ratificação do contrato

3.1 Ficam ratificadas todas as cláusulas e condições do contrato e seus Aditivos não conflitantes ou alteradas pelo presente Termo.

E assim, por estarem justas e acordadas, as Partes firmam o presente Termo de Alteração Contratual em cinco (05) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo, de acordo com a legislação vigente.

Salto, 25 de Junho de 2008

MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE SALTO

José Geraldo Garcia
Prefeito Municipal
Contratante

SANESALTO SANEAMENTO S/A
Contratada

GPI PARTICIPAÇÕES E INVESTIMENTOS S.A.
Interveniente Anuente



Testemunhas:

1-

Isabella Salgue
Isabella Salgue
CPF 052.561.568-11

2-

João
João Caudido W. Aquino
CPF 324.021.538-14

Sy L.



TERMO DE ALTERAÇÃO CONTRATUAL nº. 07

Contratante: Prefeitura da Estância Turística de Salto

Contratada: Sanesalto Saneamento S.A.

Intervenientes anuentes: GPI Participações e Investimentos S.A., anteriormente denominada Globalbank Participações e Investimentos S.A., atual controladora da Sanesalto.

Objeto: Contrato de Concessão de serviço público de tratamento de esgotos urbanos, domésticos e industriais, precedido de execução de obras públicas.

A **Estância Turística de Salto**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na rua Nove de Julho nº 1.053, inscrita no CNPJ/MF sob nº 46.634.507/0001-06, neste ato representada pelo Prefeito Municipal Sr. José Geraldo Garcia, brasileiro, casado, professor, portador do R.G. nº 12.424.665-5-SSP/SP e do CIC nº 032.586.138-26, doravante designada como Prefeitura, e de outro lado a empresa **Sanesalto Saneamento S.A.**, inscrita no CNPJ n. 02.724.983/0001-34, neste ato representada pelos Sr. João Mauro Boschiero, doravante designada como Concessionária, sociedade anônima de capital aberto,

Considerando a conclusão dos estudos técnicos realizados consoante Termo Aditivo nº 3 que definiram o valor da tarifa de tratamento de esgotos adequado para remunerar os investimentos, custos operacionais e a remuneração da concessão;

Considerando a decisão do poder concedente que introduzir gradualmente a tarifa adequada, favorecendo os objetivos de modicidade, sustentabilidade e universalidade do acesso aos serviços de saneamento;

Considerando ainda a necessidade de definição dos critérios de reajuste da tarifa

DECIDEM as Partes avançar o presente TERMO ADITIVO, para os fins a seguir especificados.



Cláusula 1ª - Da revisão gradual da Nova Tarifa

- 1.1 Nos termos do previsto no item 2.1.2 da Cláusula 2ª do Termo de Alteração Contratual nº 06, e sem prejuízo de reconhecer o direito da concessionária ao recebimento da tarifa referida no item 1.1. da Cláusula 1ª do mesmo Termo de Alteração referido neste, a Contratante estabelece o seguinte cronograma gradual para adequação da tarifa, determinando a aplicação de reduções parciais unilaterais sobre a Nova Tarifa Definitiva, que resultam nos seguintes Valores Tarifários Parciais:

Mês de Vigência	Valor da Tarifa Parcial (em R\$)
Maio/2009	1,31
Maio/2010	1,47
Maio/2011	1,68

- 1.2 A tabela constante do item anterior, será aplicada exatamente na forma explicitada, em relação a valores e datas, não sendo aplicado, no período indicado, a fórmula de reajuste anual contratualmente prevista.

Cláusula 2ª – Da Recomposição do Equilíbrio Econômico-Financeiro

- 2.1. A Concessionária fará jus à recomposição do equilíbrio econômico-financeiro decorrente do diferimento do início de aplicação da Nova Tarifa Definitiva, devendo este reequilíbrio ser suficiente para neutralizar a perda de receita gerada pela não cobrança da Nova Tarifa, desde Maio/2008 até a data de início de vigência plena, computando-se ainda os reajustes contratuais anuais inaplicados por força do item 1.2 da cláusula anterior, e descontadas as diferenças decorrentes da aplicação de Valor Tarifário Parcial.
- 2.2. O saldo apurado nos termos do disposto na Cláusula 2.1. supra, atualizado até a data em que se estiver procedendo ao equilíbrio econômico-financeiro, poderá ser efetivado mediante um dos seguintes mecanismos aplicado isolada ou conjugadamente:

- 2.2.1. revisão do valor da Nova Tarifa a ser aplicado doravante;



- 2.2.2. indenização pelo poder concedente;
- 2.2.3. reprogramação de investimentos a cargo da Concessionária;
- 2.2.4. extensão do prazo da concessão.
- 2.3. Na hipótese referida no item 2.2.4. supra, o prazo de extensão será calculado mediante avaliação do tempo de exploração dos serviços necessário a remunerar plenamente o investimento da concessionária, e será acrescido ao prazo original independente de eventual prorrogação da concessão.
- 2.4. O reequilíbrio referido nesta cláusula deverá ser concluído até o prazo de vigência dos Valores Tarifários Parciais indicados no item 1.1. da Cláusula 1ª, podendo ocorrer antecipadamente pelo interesse da Concedente.

Cláusula 3ª – Do Cronograma de Investimentos e Obras

- 3.1 Pela previsão contida no item 2.1.2 da Cláusula 2ª do Termo de Alteração Contratual nº 06, fica assegurado, pela Concessionária, o cumprimento integral das obras ainda pendentes de implementação até Dezembro de 2009.

Cláusula 4ª – Da ratificação e consolidação do contrato

- 4.1. Ficam ratificadas todas as cláusulas e condições do contrato e seus Aditivos não conflitantes ou alteradas pelo presente Termo.
- 4.2 O presente Termo Aditivo escoima e ratifica os procedimentos adotados pelas Partes na execução do presente contrato.
- 4.3 As partes se comprometem a promover a consolidação do Contrato de Concessão, incorporando todas as alterações e acréscimos previstos neste Termo Aditivo e nos demais anteriormente firmados.



E assim, por estarem justas e acordadas, as Partes firmam o presente Termo de Alteração Contratual em cinco (05) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo, de acordo com a legislação vigente.

Salto, 25 de Agosto de 2008

MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE SALTO

José Geraldo Garcia
Prefeito Municipal
Contratante

SANESALTO SANEAMENTO S/A
Contratada

GPI PARTICIPAÇÕES E INVESTIMENTOS S.A.
Interveniente Anuente

Testemunhas:

1-
8213.843
046.321.618.02

2-
Roxângela Balsa
16 548 338
052961568-11



Prefeitura da Estância Turística de Salto

TERMO DE ALTERAÇÃO CONTRATUAL nº. 08

Contratante: Prefeitura da Estância Turística de Salto

Contratada: Sanesalto Saneamento S.A.

Intervenientes anuentes: GPI Participações e Investimentos S.A., anteriormente denominada Globalbank Participações e Investimentos S.A., atual controladora da Sanesalto.

Objeto: Contrato de Concessão de serviço público de tratamento de esgotos urbanos, domésticos e industriais, precedido de execução de obras públicas.

A **Estância Turística de Salto**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na rua Nove de Julho nº 1.053, inscrita no CNPJ/MF sob nº 46.634.507/0001-06, neste ato representada pelo Prefeito Municipal Sr. José Geraldo Garcia, brasileiro, casado, professor, portador do R.G. nº 12.424.665-5-SSP/SP e do CIC nº 032.586.138-26, doravante designada como Prefeitura, e de outro lado a empresa **Sanesalto Saneamento S.A.**, inscrita no CNPJ n. 02.724.983/0001-34, neste ato representada pelos Sr. João Mauro Boschiero, doravante designada como Concessionária, sociedade anônima de capital aberto,

Considerando a continuidade dos esforços comuns realizados entre o poder concedente e a concessionária, visando à manutenção de uma tarifa adequada aos compromissos assumidos pela concessionária e à justa remuneração do capital investido e módica em face dos usuários do serviço;

Considerando ainda a necessidade de, com vistas à modicidade, permitir o incremento dos serviços explorados pela concessionária, dando-lhe condições de absorver os custos decorrentes da prestação dos serviços concedidos, sem necessidade de pressão sobre o valor da tarifa;

DECIDEM as Partes avençar o presente TERMO ADITIVO, para os fins a seguir especificados.

h9



Prefeitura da Estância Turística de Salto

Cláusula Primeira: Fica acrescida à Cláusula Terceira - Da prestação dos serviços concedidos os seguintes itens:

3.5. A *CONCESSIONÁRIA* poderá receber e tratar na E.T.E. resíduos provenientes de outros Municípios transportados seja através de EVCs (via caminhões adequados) seja pela rede coletora, independente de qualquer autorização específica de parte do poder concedente.

3.6. A *CONCESSIONÁRIA* poderá receber inclusive esgotos que não atendam os parâmetros legais, desde que obtenha o devido licenciamento junto à CETESB, e desde que não venha a prejudicar o bom funcionamento da E.T.E. ou à rede coletora de esgotos.

Cláusula Segunda: As receitas auferidas pela Concessionária em decorrência da exploração das atividades correspondentes à prestação de serviço referida no item 3.5. acrescido à cláusula terceira, serão contabilizadas em separado e deverão ser consideradas por ocasião da recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato fixado na cláusula segunda do termo de alteração contratual nº 07.

Cláusula Terceira: Ficam ratificadas todas as cláusulas e condições do contrato e seus Aditivos não conflitantes ou alteradas pelo presente Termo.

E assim, por estarem justas e acordadas, as Partes firmam o presente Termo de Alteração Contratual em cinco (05) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo, de acordo com a legislação vigente.

Salto, 11 de Setembro de 2008

MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE SALTO

José Geraldo Garcia

Prefeito Municipal

Contratante



Prefeitura da Estância Turística de Salto

SANESALTO SANEAMENTO S/A
Contratada

GPI PARTICIPAÇÕES E INVESTIMENTOS S.A.
Interveniente Anuente

Testemunhas:

1-

2-



Prefeitura da Estância Turística de Salto

TERMO DE ALTERAÇÃO CONTRATUAL nº. 09

Contratante: Prefeitura da Estância Turística de Salto

Contratada: Sanesalto Saneamento S.A.

Intervenientes anuentes: GPI Participações e Investimentos S.A., anteriormente denominada Globalbank Participações e Investimentos S.A., atual controladora da Sanesalto.

Objeto: Contrato de Concessão de serviço público de tratamento de esgotos urbanos, domésticos e industriais, precedido de execução de obras públicas.

A **Estância Turística de Salto**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na rua Nove de Julho nº 1.053, inscrita no CNPJ/MF sob nº 46.634.507/0001-06, neste ato representada pelo Prefeito Municipal Sr. José Geraldo Garcia, brasileiro, casado, professor, portador do R.G. nº 12.424.665-5-SSP/SP e do CIC nº 032.586.138-26, doravante designada como Prefeitura, e de outro lado a empresa **Sanesalto Saneamento S.A.**, inscrita no CNPJ n. 02.724.983/0001-34, neste ato representada pelos Srs. Roberto Figueiredo Guimarães e Roberto Felipe Tesch, doravante designada como Concessionária, sociedade anônima de capital aberto,

Considerando a possibilidade de antecipação da recomposição do equilíbrio econômico-financeiro, contida no item 2.4 da cláusula 2ª do Termo de Alteração Contratual nº 07;

Considerando a ação do poder concedente em readequar a tabela que estabelece a estrutura tarifária para o tratamento de esgoto, a vigor no próximo mês de Junho conforme Decreto Municipal nº 028 de 30 de Abril de 2010.

Considerando por fim a necessidade e oportunidade também de se adequar a previsão de revisão gradual da nova tarifa, inserida na cláusula 1ª do Termo de Alteração Contratual nº 07

DECIDEM as Partes avançar o presente TERMO ADITIVO, para os fins a seguir especificados.

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature and several smaller initials.



Prefeitura da Estância Turística de Salto

Cláusula 1ª – Do novo valor tarifário parcial

- 1.1 O novo valor tarifário parcial a vigor a partir do mês de Junho de 2010, será de R\$ 1,61 (um real e sessenta e um centavos) por metro cúbico de esgoto tratado pela Concessionária, apurado segundo os termos contratuais vigentes.

Cláusula 2ª – Da Recomposição do Equilíbrio Econômico-Financeiro

- 2.1. Fica fixado o mês de Dezembro de 2010, para a conclusão dos estudos que deverão determinar a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão, segundo uma ou mais opções definidas no item 2.2 do Termo de Alteração Contratual nº 07, fixando a tarifa que terá vigência impreterivelmente a partir de Maio de 2011.

Cláusula 3ª – Da ratificação e consolidação do contrato

- 3.1. Ficam ratificadas todas as cláusulas e condições do contrato e seus Aditivos não conflitantes ou alteradas pelo presente Termo.

E assim, por estarem justas e acordadas, as Partes firmam o presente Termo de Alteração Contratual em cinco (05) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo, de acordo com a legislação vigente.

Salto, 17 de Maio de 2010

MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE SALTO

José Geraldo Garcia
Prefeito Municipal
Contratante



Prefeitura da Estância Turística de Salto

Roberto Figueiredo Guimarães

Roberto Felipe Tesch

Contratada

SANESALTO SANEAMENTO S.A.

GPI PARTICIPAÇÕES E INVESTIMENTOS S.A.

Pedro Paulo Bergamaschi de Leoni Ramos

Interveniente Anuente

Testemunhas:

1-

2-



TERMO DE ALTERAÇÃO CONTRATUAL nº. 10

Contratante: **Prefeitura da Estância Turística de Salto**

Contratada: **Sanesalto Saneamento S.A.**

Intervenientes anuentes: **GPI Participações e Investimentos S.A., anteriormente denominada Globalbank Participações e Investimentos S.A., atual controladora da Sanesalto Saneamento S.A.**

Objeto: **Contrato de Concessão de serviço público de tratamento de esgotos urbanos, domésticos e industriais, precedido de execução de obras públicas.**

A Prefeitura da **Estância Turística de Salto**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Nove de Julho, nº 1.053, Centro, Salto/SP, inscrita no CNPJ/MF sob nº 46.634.507/0001-06, representada neste ato pelo Prefeito Municipal Sr. José Geraldo Garcia, brasileiro, casado, professor, portador do RG nº 12.424.665-5-SSP/SP e do CPF nº 032.586.138-26, doravante designada como Prefeitura, e de outro lado a empresa **Sanesalto Saneamento S.A.**, inscrita no CNPJ n. 02.724.983/0001-34, sociedade anônima de capital aberto, representada neste ato pelos Srs. Paulo André Gil Boschiero, portador do RG nº 28.334.510-X-SSP/SP e do CPF nº 342.016.828-46 e Ricardo Kassardjian, portador do RG nº 15.675.510-SSP/SP e do CPF nº 064.488.898-92, doravante designada como Concessionária, e

Considerando a conclusão dos novos estudos técnicos realizados pela Fundação Getulio Vargas, conforme preconizado no item 2.1 da cláusula 2ª do Termo de Alteração Contratual nº 09, apurando o valor de R\$ 2,49 por m³ (dois reais e quarenta e nove centavos por metro cúbico) de esgoto tratado, na data de 01 de Novembro de 2010, como sendo a tarifa contratual adequada para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro do contrato;

Considerando que o mesmo estudo técnico realizado ofertou solução alternativa para o reequilíbrio econômico-financeiro do contrato, indicando uma tarifa contratual no valor de R\$ 2,26 por m³ (dois reais e vinte e seis centavos por metro cúbico) de esgoto tratado, com o acréscimo de prazo da concessão em mais 10 (dez) anos;

Considerando a decisão das partes em estabelecer uma conjugação dos mecanismos fixados nos itens "a" e "d" do item 5.3 da cláusula quinta do Termo de Alteração Contratual nº 03, quais sejam, recomposição do prazo da concessão e pagamento de compensação financeira entre as partes;

Considerando a necessidade de se estabelecer um meio-termo entre as propostas apuradas no estudo realizado;

[Handwritten signatures and initials]



Considerando o entendimento das partes para o definitivo reequilíbrio econômico-financeiro do contrato, resultando então em proporcionar um aumento na tarifa contratual para o valor de R\$ 2,25 por m³ (dois reais e vinte e cinco centavos por metro cúbico), prorrogação do prazo contratual em mais 5 (cinco) anos, ainda a compensação financeira fixada em R\$ 1.800.000,00 (um milhão e oitocentos mil reais), a serem pagos em 15 (quinze) parcelas mensais fixas, mais um aumento real nos dois próximos anos da ordem de 3,5% (três virgula cinco por cento) no primeiro ano, e 2,0% (dois por cento) no segundo ano, aplicados nas épocas de realização do reajuste contratual;

Considerando que esta realização do reequilíbrio econômico-financeiro do contrato favorece os objetivos de modicidade, sustentabilidade e universalidade do acesso aos serviços de saneamento;

Considerando, por fim, a ação do poder concedente em realizar nova readequação da tabela que estabelece a estrutura tarifária para o tratamento de esgoto, a vigor no próximo mês de Junho, como forma de dar lastro aos compromissos financeiros ora ajustados;

DECIDEM as Partes avençar o presente TERMO ADITIVO, para os fins a seguir especificados.

Cláusula 1ª. Da Remuneração da Concessionária

1.1. Fica fixado o valor de R\$ 2,25 por m³ (dois reais e vinte e cinco centavos por metro cúbico) de esgoto tratado pela Concessionária, apurado segundo os termos contratuais vigentes, mantido as tarifas diferenciadas por classes de usuários definidas em Decreto Municipal, que refletem a política tarifária adotada pelo Município em atenção ao disposto no art. 31, II, da Lei Federal nº 11.445/07.

1.2. O valor fixado no item anterior passará a vigor a partir do mês de Junho de 2011.

Cláusula 2ª – Do prazo da concessão

2.1. O prazo da concessão fixado no item 2.1 da cláusula segunda do contrato original fica prorrogado em mais 60 (sessenta) meses.

Cláusula 3ª – Da compensação financeira

3.1. O poder concedente realizará pagamentos mensais fixos de R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais) em 15 (quinze) parcelas, que se iniciarão no mês de Julho/2011, totalizando R\$ 1.800.000,00 (um milhão e oitocentos mil reais).

3.2. A partir do mês de Junho de 2012 a remuneração da concessionária será de R\$ 2,3288 (dois virgula três dois oito oito reais) por metro cúbico de esgoto tratado, sobre o qual será aplicado o índice de reajuste contratual fixado neste termo.

3.3. A partir do mês de Junho de 2013 a remuneração da concessionária será de R\$ 2,3753 (dois virgula três sete cinco três reais) por metro cúbico de esgoto tratado, sobre o qual será aplicado o índice de reajuste contratual fixado neste termo.



Cláusula 4ª – Do Reajuste

4.1. Observado o disposto nos itens 3.2 e 3.3 da cláusula 3ª deste termo, o valor da remuneração da concessionária referente ao tratamento de esgotos será reajustado observando-se a fórmula contratualmente prevista, considerando-se como data base o mês de Junho de cada ano, iniciando-se no ano de 2012.

Cláusula 5ª – Da sub-rogação

5.1. Fica sub-rogado nos direitos e obrigações do poder concedente, em especial as funções especificadas nas cláusulas onze e quinze do contrato original, o Serviço Autônomo de Água e Esgoto – SAAE Ambiental.

Cláusula 6ª – Da ratificação revogação e consolidação do contrato

6.1. Ficam ratificadas todas as cláusulas e condições do contrato e seus Aditivos não conflitantes ou alteradas pelo presente Termo.

E assim, por estarem justas e acordadas, as Partes firmam o presente Termo de Alteração Contratual em cinco (05) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo, de acordo com a legislação vigente.

Estância Turística de Salto/SP, 30 de abril de 2011.

José Geraldo Garcia
Prefeito Municipal

Márcio Mendes da Silva
Superintendente SAAE Ambiental

Paulo André Gil Boschiero
Sanesalto Saneamento S.A.

Ricardo Kassardjian
Sanesalto Saneamento S.A.

Pedro Paulo Bergamaschi de Leoni Ramos
GPI Participações e Investimentos S.A.
Interveniente Anuente

Testemunhas: _____

Mário Gilmar Mazetto
Secretário de Governo

“Doe órgãos, Doe Sangue: Salve Vidas.”

Termo de Reti-Ratificação ao Contrato de Concessão firmado entre a Prefeitura da Estância Turística de Salto e a Sanesalto Saneamento S/A para a prestação dos serviços públicos de coleta, tratamento e destino dos esgotos sanitários.

A Prefeitura da Estância Turística de Salto, pessoa jurídica de direito público, com sede na Rua Nove de Julho, nº 1.053, Salto/SP, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 46.634.507/0001-06, neste ato representada por seu Prefeito Municipal, o Sr. José Geraldo Garcia, brasileiro, casado, professor, portador do RG nº 12.424.665-5 SSP/SP e do CPF nº 032.586.138-26, doravante designada como Prefeitura, e de outro lado a Sanesalto Saneamento S/A, sociedade anônima de capital aberto, com sede na Rua Nove de Julho, nº 849, Salto/SP, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.724.983/0001-34, neste ato representada por seus diretores, o Sr. Paulo André Gil Boschiero, solteiro, engenheiro, portador do RG nº 28.334.510-X SSP/SP e do CPF nº 342.016.828-46, e o Sr. Ricardo Kassardjian, casado, administrador, portador do RG nº 15.675.510 SSP/SP e do CPF nº 064.488.898-92, têm entre si ajustado o presente **Termo de Reti-Ratificação**, que se regerá pelas seguintes cláusulas e condições:

Considerando a evolução do atendimento de tratamento de esgoto realizada pela Concessionária;

Considerando as dificuldades decorrentes da dinâmica da concessão no atingimento dos objetivos previstos no contrato;

Considerando a demora, alheia à vontade das partes, no processo de determinação quanto aos aspectos técnicos e de licenciamento ambiental das obras de que tratam o item M da Cláusula Primeira do Contrato de Concessão, especificamente do interceptor da margem direita do Rio Jundiá, e o item P da referida cláusula, sendo o coletor-tronco, estação elevatória e linha de recalque do Parque Residencial Rondon;

Considerando a ausência de disponibilização, pela Prefeitura, da área no Parque Residencial Rondon para a realização das obras previstas para aquela região;

Considerando a situação global da concessão;

Considerando a necessidade de adequação do cronograma à realidade vigente.

[Assinatura]

Cláusula Primeira – Ficam retificados os prazos de implantação das áreas destacadas no preâmbulo do presente termo, com aprovação do novo cronograma de obras.

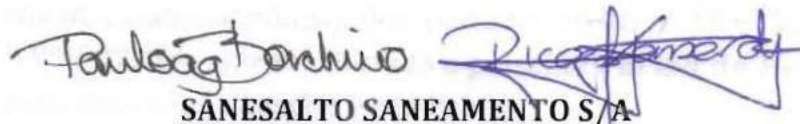
Parágrafo Único – As obras deverão ser iniciadas até o dia 01 de maio de 2013, com prazo de conclusão máximo de 18 meses contados a partir de seu início.

Cláusula Segunda – Ficam ratificadas todas as demais cláusulas.

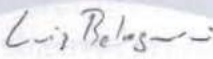
Salto, 11 de dezembro de 2012.

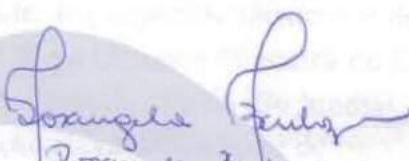


PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE SALTO


SANESALTO SANEAMENTO S/A

TESTEMUNHAS:

1- 
Luiz Belagum Dines Boroghini
CPF: 336.088.118-03

2- 
Jozangela Feulza
CPF: 02.961.561-1